

IDENTIDADE/ IDENTIDADES

Alexandra Abranches

Um dos elementos da nossa moderna identidade de ocidentais membros de sociedades democráticas constitucionais é a ideia segundo a qual somos sujeitos de direitos. A linguagem dos direitos instalou-se no nosso vocabulário corrente a ponto de extravasar o âmbito de uma sua pura aplicação política e integrar também os nossos diálogos da vida privada. Isto significa então que uma parte da nossa identidade se refere à nossa condição de cidadãos. A cidadania moderna inclui indivíduos como membros ou participantes da comunidade política dotando esses indivíduos de direitos, políticos, civis e socio-económicos, inscritos na lei e assegurados pelo Estado, segundo a ideia de uma comunidade legal formada voluntariamente por associados livres e iguais. Esses direitos simultaneamente marcam os limites das relações entre indivíduos no âmbito da comunidade política, e também entre o indivíduo e o Estado.

Historicamente, esta concepção, liberal, que coloca no centro da vida política, como sua fundação e instância normativa, o indivíduo e os seus direitos, desenvolve-se a partir das teorias do contrato social que, no início da época moderna, tentam responder à questão da obrigação política, isto é, a questão de saber que condições deve o Estado satisfazer para que as suas pretensões sobre os cidadãos possam ser legítimas, as condições sob as quais uma pessoa individual tem a obrigação de obedecer ao Estado. O núcleo especificamente liberal da resposta a esta questão, tal como o encontramos em Locke, consiste num compromisso com a ideia de liberdade individual como o mais elevado valor político, sendo as instituições e práticas políticas avaliadas em função do seu sucesso em promovê-la. A primazia concedida à liberdade individual no processo de justificação do Estado moderno reflecte tanto a oposição a uma concepção absolutista e

arbitrária do poder político como a rejeição da confusão entre autoridade política e religiosa, e a estratégia do contrato social emerge como tentativa de encontrar uma base moral não teológica nem tradicionalista a partir da qual responder à questão da legitimidade do poder político. Essa base é identificada por Locke como sendo um conjunto de direitos naturais, que pertencem a cada indivíduo enquanto membro da espécie humana e anteriormente à sua integração numa qualquer associação política, constatações racionais consideradas evidentes e que constituem o conteúdo de uma natureza humana universal, uma identidade pré-política decisiva para a instituição da ordem política. Deste modo, a estratégia do contrato social assume uma perspectiva individualista segundo a qual a origem e a finalidade da sociedade e do Estado de alguma forma remetem sempre para a prossecução ou protecção de direitos ou liberdades sediados nos indivíduos, sendo que a obediência destes ao poder coercivo do Estado repousa numa presunção de consentimento por parte de indivíduos que nascem livres e iguais e que querem realizar os seus interesses próprios. A autoridade política existe, assim, para realizar as condições que garantam o exercício da liberdade individual, é um instrumento dessa liberdade individual e não se lhe atribui, nem deseja atribuir, a realização de um ideal comum de vida. Individualismo significa então também para a tradição liberal que cada indivíduo deve ter a liberdade para definir o seu próprio projecto de vida, eleger as suas próprias finalidades, cabendo ao Estado zelar para que, na “prossecução da felicidade” privada, os cidadãos não ponham em causa os direitos e liberdades uns dos outros. Autonomia, tolerância e pluralismo são valores geralmente associados ao discurso liberal e que exprimem esta separação entre o domínio público, que deve apenas oferecer uma estrutura de deveres e direitos, e o domínio privado, onde, e no âmbito daquela estrutura, as pessoas podem viver de acordo com as suas concepções de vida diferentes e livremente escolhidas. A dimensão

política deve ser neutral em relação às concepções da “vida boa” dos cidadãos como expressão da importância moral atribuída à liberdade de escolha individual, mais do que a qualquer resultado particular dessas escolhas; e a boa sociedade, não sendo governada por finalidades particulares comuns, é governada pela lei, que deve realizar princípios de justiça que, em si mesmos, não pressupõem a validade ou superioridade de qualquer modo de vida particular. Para grande parte dos pensadores liberais contemporâneos, o liberalismo designa então um princípio de organização política que permite a indivíduos autónomos coordenar as suas relações recíprocas de modo a “maximizar” a realização das suas finalidades individuais. Liberais “de direita”, como Robert Nozick, afirmam que esta concepção de liberdade individual exige uma intervenção mínima do Estado na vida social e económica, enquanto que liberais “de esquerda”, como John Rawls, defendem a necessidade de uma considerável intervenção estatal para distribuir a cada indivíduo uma parcela equitativa do conjunto dos recursos sociais de modo a dar a cada um uma oportunidade justa de desenvolver a sua específica concepção de uma vida boa; mas para uns e outros devem ser procurados arranjos políticos neutros em relação às grandes e polémicas questões da religião ou da ética pessoal, ou seja, em relação às identidades não políticas dos cidadãos.

A concepção liberal, apesar dos seus sucessos práticos no âmbito das sociedades ocidentais, não deixou de ser alvo de contestações visando as suas pretensões universalistas e neutralistas. Desde logo, já no século XVIII, Edmund Burke recusa a natureza humana universal em nome da qual se realizara a Revolução Francesa e afirma que a identidade humana é necessariamente construída ao longo da história em sociedades concretas. Não faz sentido fundar a ordem política num individualismo abstracto, porque esse indivíduo pré-político com direitos e governado pelo auto-interesse simplesmente não existe. Os indivíduos, pelo contrário, devem a sua

humanidade à sua pertença social, sem a qual a racionalidade, a moralidade, a sensibilidade e a própria lealdade política não teriam conteúdo ou sequer sentido. O Romantismo do século XIX irá desenvolver este organicismo social sob a forma de nacionalismo como base identitária emocional. Também o socialismo de Marx desafia a presunção de neutralidade liberal vendo no Estado uma instituição ao serviço da classe dominante e nos direitos universais um dispositivo ideológico de promoção dos valores burgueses. A identidade dos indivíduos deve agora ser procurada não nas identificações nacionais, mas nas pertenças de classe, e as classes reflectem os mecanismos da exploração económica.

Esta tensão entre uma identidade política liberal universalista, construída sobre uma base moral mínima alegadamente consensual, e identidades históricas, culturais, sociais que colocam esse consenso sob suspeita, continua presente na teoria política contemporânea; a sua investigação é prosseguida tanto no discurso feminista, como no debate entre liberalismo e comunitarismo. Um dos temas frequentes das teorias políticas feministas, por exemplo, é a crítica da restrição do discurso liberal da justiça à esfera pública como consequência da afirmação da neutralidade da ordem política em relação às concepções do bem que constituem a esfera privada. Esta divisão marcada entre o público e o privado, ou entre o político e o doméstico, impede-nos de tomar seriamente em consideração o facto da dominação masculina, ao desviar a nossa atenção da causalidade de duplo sentido que existe entre os dois domínios. Assim, as feministas não querem negar a divisão entre público e privado, mas antes mostrar como qualquer acção ou comportamento está potencialmente imbuído de significado público, na medida em que as pessoas que tomam decisões no âmbito público, seja como eleitores seja como legisladores, desenvolveram as suas identidades políticas desde logo no espaço privado, em contextos familiares, domésticos; assim, a razão a que a

persuasão pública faz apelo, nunca é tão universal, neutral, descomprometida a ponto de não se deixar tocar por preconceitos, conotações emocionais e padrões linguísticos formados no âmbito das relações privadas. A divisão de trabalho doméstico acaba assim por estar subjacente à desigualdade pública entre homens e mulheres, tal como para o marxismo as instituições públicas reflectem as relações sociais privadas. A forma como se pretende superar o quadro de dominação masculina fazendo da identidade feminina um componente essencial da vida pública pode consistir em dar ênfase à semelhança entre os géneros, mostrando como eventuais bases, sejam biológicas ou psicológicas, para uma diferença feminina significativa que justificasse a dominação, não são confirmadas. Ou, pelo contrário, em afirmar uma identidade distintivamente feminina, desvalorizada pela dominação masculina e resgatada enquanto conjunto de experiências humanas valiosas e teoricamente relevantes. Ou, ainda, em interpretar essa identidade feminina como afinal resultando da falta de poder das mulheres na esfera pública, denunciando as alegadas diferenças entre géneros como manifestações de poder hierárquico. Assim, por exemplo, a maior capacidade para a intuição ou para a compreensão normalmente atribuída às mulheres seria a expressão de uma sensibilidade defensiva de quem não pode exercer a sua vontade directamente.

A crítica mais corrente dos autores comunitaristas à concepção liberal é que o seu individualismo de base, a sua visão iluminista do ser humano como indivíduo autónomo que consegue “desenraizar-se” dos constrangimentos imediatos da história e das características e valores que esses constrangimentos trazem consigo, negligencia as tradições, práticas e papéis sociais que, de facto, formam o indivíduo, tal como já era o caso para Burke. A preocupação central dos autores comunitaristas perante o individualismo de uma concepção liberal fundada sobre direitos parece estar no facto, reconhecido também pelos autores liberais, de que a neutralidade pretendida da esfera

pública em relação às concepções da vida boa relegadas para a esfera privada, não se verifica: por mais neutra que a justiça pretenda ser em relação àquilo que cada indivíduo assume como os seus valores e a sua identidade, a verdade é que só consegue neutralidade em relação aos fins, uma vez que um Estado liberal nada deve fazer para promover deliberadamente qualquer concepção do bem particular; mas já não consegue ser neutro em termos de efeitos, dado que as condições da justiça política não deixarão de ter influência sobre as concepções do bem, modelando orientações morais, sendo mais acolhedoras para certos tipos de valores e menos para outros. A identidade pública e a identidade privada de indivíduos e comunidades não são estanques. E as consequências desta erosão liberal colocam-se inclusivamente em termos de coesão social e de empenhamento em valores públicos divorciados dos valores da vida privada.

Recentemente, os pensadores liberais tentam, até sob pressão do argumento comunitarista, repensar a questão da neutralidade afirmando modelos eticamente mais substantivos. Modelos liberais perfeccionistas ou ligados à ética da virtude de inspiração aristotélica tentam oferecer uma descrição de uma sociedade liberal que seja intrinsecamente desejável e motivadora, capaz de promover um empenhamento activo dos seus membros, e não apenas como um instrumento de arbitragem entre grupos e indivíduos com interesses e finalidades diferentes. É neste sentido que se torna cada vez mais relevante a linguagem da cidadania, já que este é um conceito que engloba simultaneamente as ideias de justiça e pertença, de direitos individuais e de comunidade. E mais relevante ainda se torna no caso Europeu, onde o processo de aprofundamento da União Europeia, da sua democraticidade e desejabilidade, parece decididamente orientar-se para a construção de uma nova identidade política : o cidadão europeu com a sua carta de direitos fundamentais.

Referências bibliográficas

Nozick, R., *Anarchy, State and Utopia*, Oxford, Blackwell, 1974.

Rawls, J., *A Theory of Justice*, Oxford, Oxford University Press, 1971.

Political Liberalism, New York, Columbia University Press, 1993.

Sandel, M., *Liberalism and the Limits of Justice*, New York, Cambridge University Press, 1982.

Young, I.M., *Justice and the Politics of Difference*, New Haven, Conn., Princeton University Press, 1990.

Tomasi, J., *Liberalism Beyond Justice*, New Jersey, Princeton University Press, 2001.